

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	20

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.353.341
Preferenciais	0
Total	5.353.341
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	47.791	49.566	52.241
1.01	Ativo Circulante	15.683	14.271	11.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.914	1.232	768
1.01.03	Contas a Receber	6.149	6.161	3.403
1.01.03.01	Clientes	6.095	5.701	3.403
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	54	460	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	7	9	94
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7	9	94
1.01.06.01.01	Pis e Cofins a Recuperar	7	9	94
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	31
1.01.07.01	Seguros Prediais	0	0	31
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.613	6.869	7.476
1.01.08.03	Outros	7.613	6.869	7.476
1.01.08.03.01	Adiantamentos	1.850	0	106
1.01.08.03.02	Créditos Tributários - Parte Relacionadas	5.763	6.869	7.370
1.02	Ativo Não Circulante	32.108	35.295	40.469
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.689	3.409	5.138
1.02.01.07	Tributos Diferidos	151	469	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151	469	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	2.034
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	0	2.034
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.538	2.940	3.104
1.02.01.10.03	Outros Créditos	20	1	34
1.02.01.10.04	Aplicações Financeiras Compromissadas	3.518	2.939	3.070
1.02.03	Imobilizado	84	169	232
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	45	63	76
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	39	106	156
1.02.04	Intangível	28.335	31.717	35.099

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	28.335	31.717	35.099
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	28.335	31.717	35.099

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	47.791	49.566	52.241
2.01	Passivo Circulante	12.569	14.271	11.521
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	410	351	270
2.01.01.01	Obrigações Sociais	87	73	55
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	323	278	215
2.01.02	Fornecedores	101	1.450	452
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	101	1.450	452
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.634	2.216	1.839
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.634	2.216	1.839
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.626	1.089	949
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a pagar	262	216	72
2.01.03.01.03	Parcelamentos de Impostos a Pagar	736	884	799
2.01.03.01.04	Obrigações Fiscais Retido na Fonte	10	27	19
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.831	8.389	7.311
2.01.04.02	Debêntures	8.831	8.389	7.311
2.01.05	Outras Obrigações	593	1.865	1.649
2.01.05.02	Outros	593	1.865	1.649
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	728	1.039
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamentos	51	84	73
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	542	1.053	537
2.02	Passivo Não Circulante	24.017	29.932	37.543
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.435	28.313	35.834
2.02.01.02	Debêntures	20.435	28.313	35.834
2.02.02	Outras Obrigações	2.763	920	1.709
2.02.02.02	Outros	2.763	920	1.709
2.02.02.02.04	Parcelamentos a Pagar	352	869	1.584
2.02.02.02.05	Passivo de Arrendamentos	0	51	125
2.02.02.02.06	Dividendos propostos	1.820	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.07	Impostos e contribuições diferidos	591	0	0
2.02.04	Provisões	819	699	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	819	699	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	819	699	0
2.03	Patrimônio Líquido	11.205	5.363	3.177
2.03.01	Capital Social Realizado	5.353	50	50
2.03.04	Reservas de Lucros	5.852	5.313	3.127
2.03.04.01	Reserva Legal	393	10	10
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.459	5.303	3.117

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.812	30.274	27.714
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.469	-8.589	-8.582
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.650	-2.249	-2.426
3.02.02	Custo de Construção	0	0	-14
3.02.03	Mão de Obra na Operação	-1.162	-1.040	-882
3.02.04	Custo com Serviços de Terceiros na Operação	-2.275	-1.918	-1.878
3.02.05	Amortização do Intangível e Depreciação do Imobilizado	-3.382	-3.382	-3.382
3.03	Resultado Bruto	26.343	21.685	19.132
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.026	-11.113	-7.829
3.04.01	Despesas com Vendas	-938	-771	-651
3.04.01.01	Despesas com pessoal	-392	-348	-315
3.04.01.02	Outras despesas comerciais	-546	-423	-336
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.828	-9.700	-7.277
3.04.02.01	Despesas c/ Pessoal	-1.628	-1.389	-979
3.04.02.02	Honorários	-1.459	-2.520	-1.250
3.04.02.03	Outras Despesas	-991	-872	-1.066
3.04.02.04	Serviços Administrativos Compartilhados	-3.750	-4.685	-3.703
3.04.02.05	Serviços com debêntures	0	-234	-279
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	99
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-260	-642	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.317	10.572	11.303
3.06	Resultado Financeiro	-5.630	-6.619	-4.135
3.06.01	Receitas Financeiras	419	362	131
3.06.01.01	Receitas Financeiras	419	362	131
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.049	-6.981	-4.266
3.06.02.02	Juros e Demais Encargos sobre Debentures	-5.406	-6.309	-3.809
3.06.02.03	Outras Despesas Financeiras	-643	-672	-457
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.687	3.953	7.168

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.025	-1.039	-3.012
3.08.01	Corrente	-3.972	-1.593	-3.012
3.08.02	Diferido	-53	554	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.662	2.914	4.156
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.662	2.914	4.156
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,4017	57,8852	82,557
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,4017	57,8852	82,557

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	7.662	2.914	4.156
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.662	2.914	4.156

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.964	6.050	5.730
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.448	13.164	11.498
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.662	2.914	7.168
6.01.01.02	Amortização do custo de captação de debentures	112	112	112
6.01.01.03	Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	5	22	33
6.01.01.04	Provisão de Imposto de renda e contribuição social	0	0	-3.012
6.01.01.05	Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	69	-37	-76
6.01.01.06	Depreciação e amortização	3.475	3.477	3.470
6.01.01.07	Juros calculados s/ empréstimos e financiamentos a pagar	5.406	6.309	3.809
6.01.01.08	Juros apropriados sobre parcelamentos	153	222	112
6.01.01.09	Provisão de Contingências	120	699	-118
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53	-554	0
6.01.01.12	Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	3.972	0	0
6.01.01.20	Outros Ajustes	-579	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.952	-815	-2.054
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-464	-2.261	385
6.01.02.03	Creditos tributarios	319	-382	0
6.01.02.05	Demais contas a receber	-1.114	-292	-80
6.01.02.06	Títulos de valores mobiliários	0	0	-660
6.01.02.08	Empreiteiros e fornecedores	-1.349	998	-206
6.01.02.09	Salarios, provisões e contribuição social	59	82	32
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-1.037	1.400	2.998
6.01.02.12	Impostos e contribuições parcelados	-665	-842	-790
6.01.02.14	Demais contas a pagar	-438	1.322	-1.013
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.369	-1.341	-2.720
6.01.02.16	Acordos comerciais (Partes relacionadas)	1.106	501	0
6.01.03	Outros	-5.532	-6.299	-3.714
6.01.03.01	Juros pagos	-33	-30	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.03.02	Juros pagos sobre debentures	-5.494	-6.260	-3.703
6.01.03.03	Juros pagos sobre passivo de arrendamentos	-5	-9	-11
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10	99	-55
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-10	-32	-55
6.02.03	Liquidação de títulos de dívida	0	131	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.272	-5.685	-11.845
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-7.460	-6.604	-6.337
6.03.02	Distribuição de Dividendos	-728	-1.039	-5.866
6.03.03	Empréstimos entre Partes Relacionadas	0	2.034	424
6.03.05	Pagamento do Passivo de Arrendamentos	-84	-76	-66
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	682	464	-6.170
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.232	768	6.938
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.914	1.232	768

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50	10	5.303	0	0	5.363
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50	10	5.303	0	0	5.363
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.303	0	-5.303	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	5.303	0	-5.303	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.662	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.662	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-7.662	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-5.842	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-1.820	0	0
5.07	Saldos Finais	5.353	10	0	0	0	5.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50	10	3.117	0	0	3.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50	10	3.117	0	0	3.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-728	0	-728
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-728	0	-728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.914	0	2.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.914	0	2.914
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.186	-2.186	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.186	-2.186	0	0
5.07	Saldos Finais	50	10	5.303	0	0	5.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50	10	5.866	0	0	5.926
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50	10	5.866	0	0	5.926
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-5.866	0	0	-5.866
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.866	0	0	-5.866
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	4.156	0	0	4.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	4.156	0	0	4.156
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.039	0	0	-1.039
5.06.04	Dividendos Minimos Obrigatorios	0	0	-1.039	0	0	-1.039
5.07	Saldos Finais	50	10	3.117	0	0	3.177

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	38.563	32.513	28.795
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	38.630	32.376	28.704
7.01.02	Outras Receitas	2	100	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	0	14
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-69	37	77
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.183	-14.144	-11.139
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.686	-9.508	-4.953
7.02.04	Outros	-4.497	-4.636	-6.186
7.02.04.01	Produtos Químicos Consumidos	-68	-75	-51
7.02.04.02	Custo de Construção	0	0	-14
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-2.049	-2.699	-4.077
7.02.04.04	Energia Elétrica	-2.380	-1.862	-2.044
7.03	Valor Adicionado Bruto	26.380	18.369	17.656
7.04	Retenções	-3.475	-3.477	-3.470
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.475	-3.477	-3.470
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.905	14.892	14.186
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	419	362	131
7.06.02	Receitas Financeiras	419	362	131
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.324	15.254	14.317
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.324	15.254	14.317
7.08.01	Pessoal	2.562	2.247	1.792
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.643	1.465	1.196
7.08.01.02	Benefícios	787	661	495
7.08.01.03	F.G.T.S.	132	121	101
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.367	3.498	4.373
7.08.02.01	Federais	7.317	3.488	4.328
7.08.02.02	Estaduais	48	8	45
7.08.02.03	Municipais	2	2	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.733	6.595	3.996
7.08.03.01	Juros	5.615	6.552	3.955
7.08.03.02	Aluguéis	118	43	41
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.662	2.914	4.156
7.08.04.02	Dividendos	0	0	1.039
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.662	2.914	3.117

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP.

A Companhia, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento.

O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê.

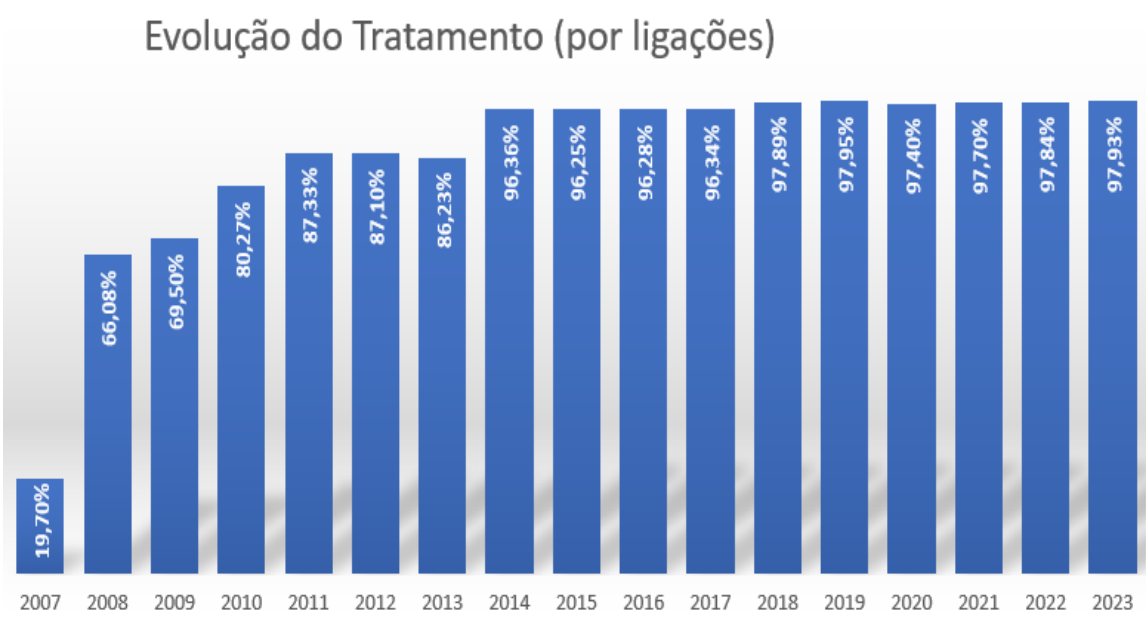
Em seu percurso de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia.

A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiá. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Premiações

Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria “As melhores em gestão no saneamento ambiental”, com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

No mês de março de 2023 fomos citados no ranking do Instituto Trata Brasil como sendo um município que contém um indicador acima da média no tratamento do esgoto, atualmente temos 98% do esgoto coletado e tratado. A média para as 20 cidades mais populosas do país, de acordo com o Instituto, é de 80,6%.

DESTAQUES OPERACIONAIS e FINANCEIROS

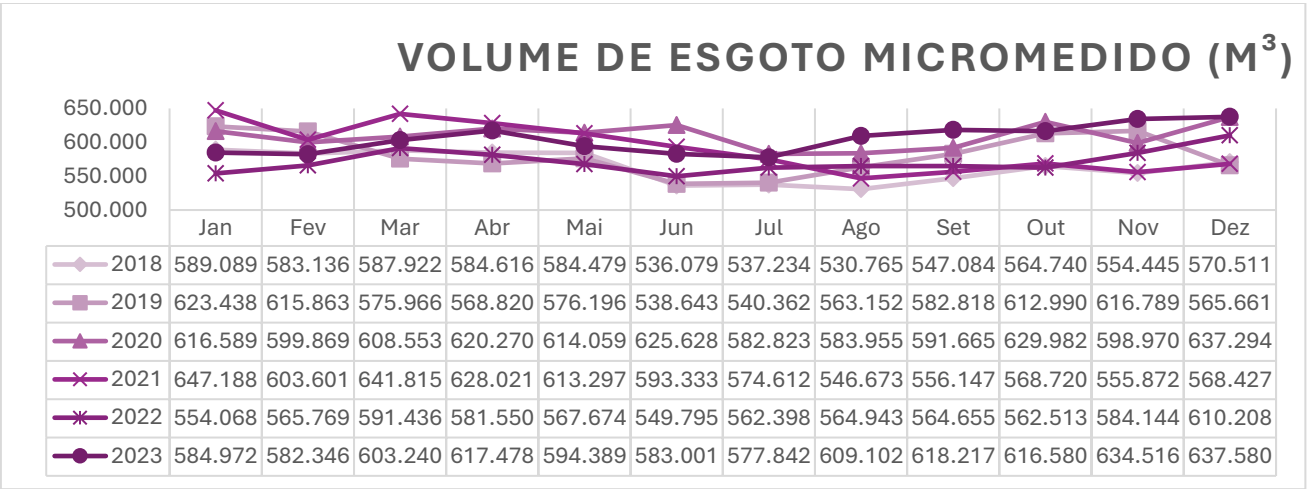
O emprego do novo sistema comercial em agosto de 2021, em conjunto com o uso do smartphone, trouxe tecnologia embarcada para evidenciar desvios de consumo e indícios de irregularidades no processo de leitura, além de fomentar a preservação e o uso consciente da água

A Companhia observou em 2021 o crescimento de 3% em economias de esgoto, fruto da expansão no número de loteamentos e na verticalização das residências no município. O mesmo aconteceu no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encerrando em 2,82%. E para o período de 2023 findo em 31 de dezembro apresentamos um crescimento de 3,79%, conforme apresentação no gráfico abaixo:

ANO	Economias de Água JANEIRO	Economias de Água DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
-----	------------------------------	-------------------------------	------------------------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2018	45.150	47.225	4,60%
2019	47.225	50.183	6,26%
2020	50.183	51.899	3,42%
2021	52.026	53.459	2,75%
2022	53.672	55085	2,63%
2023	55.237	57.257	3,66%
ANO	Economias de Esgoto JANEIRO	Economias de Esgoto DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	41.203	43.098	4,60%
2019	43.098	46.568	8,05%
2020	46.568	48.368	3,87%
2021	48.491	49.990	3,09%
2022	50.191	51.605	2,82%
2023	51.758	53.720	3,79%



DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados obtidos pela Sanesalto no período findo em 31 de dezembro de 2023, assim como no mesmo período de 2022 e anos anteriores, refletem os efeitos que a administração vem realizando ao longo do tempo.

Receitas

A Receita Bruta encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2023 em R\$ 38.726 contra R\$ 32.803 durante o mesmo período em 2022.

Custos

Os custos sofreram um aumento de 10%, onde em sua maior parte em custos com serviços que estão vinculados a manutenções realizadas no período, tendo montante de R\$ 9.469 no período findo em 31 de dezembro de 2023 comparado aos R\$ 8.589 de 31 de dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

O Lucro Bruto do período findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 26.343 foi superior ao valor do período findo em 31 de dezembro de 2022 onde fechou em R\$ 21.685. Este aumento do lucro bruto deve-se ao aumento na receita de Esgoto e Serviços com os custos praticamente se mantendo em relação ao ano anterior.

Lucro Líquido do Exercício

A redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados e a reversão do passivo a descoberto encerram o histórico do período do início da concessão e dos prejuízos acumulados. O exercício de 2021 confirma a tendência de aumento de resultados, com a redução da dívida e aumento do EBITDA da Companhia, necessários para o adequado retorno do capital aos acionistas, o qual vem se mantendo ao longo dos anos de 2022 e 2023.

O período findo em 31 de dezembro de 2023 encerrou com lucro líquido de R\$ 7.662, frente ao montante de R\$ 2.914 no mesmo período de 2022.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico-financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação o art. 17 da Instrução CVM 162/2022, informamos que, no exercício encerrado em 30 de setembro de 2023, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda, para os serviços de auditoria para o período de 2023.

A remuneração dos auditores para o exercício de 2023 foi de R\$ 99.000 líquidos de impostos pela auditoria da Companhia.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto – SP. A Companhia possui apenas a Conasa Infraestrutura S/A. como controlador com 100% de suas ações. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto – SP, compreende:

- (a)** A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel (“Santa Isabel”), situada na região do bairro Sete Quedas;
- (b)** Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- (c)** Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Em janeiro de 2022, o Poder Concedente notificou a Sanesalto para encerramento do prazo do Contrato de Concessão, sob o argumento da validade de Ordem de Serviço emitida em 1996, a qual, em combinação com o prazo contratual de 25 anos, encerraria o referido contrato em dezembro de 2021. Na avaliação da Administração, tal argumento é inepto dado os demais documentos contratuais, principalmente o Termo Aditivo n. 01 de maio de 2000 que alterou o cronograma inicial, nova ordem de serviço de 2007 e processo de reequilíbrio econômico-financeiro que, dentre outros fatores, considerou o final da concessão para fins de cálculo de tarifa remuneratória o ano de 2032. Todos esses documentos culminam no Relatório da Administração, de autoria do Poder Concedente, de 2011, e no Termo Aditivo n. 10, que estenderam a prestação de serviços contados 25 anos do início de fato em 2007, encerrando-se, portanto, em 2032.

Contra tal notificação do Poder Concedente, a Sanesalto ingressou com Mandado de Segurança Processo nº 1000410-49.2022.8.26.0526, o qual encontra-se atualmente em fase de interposição de recurso especial perante o STJ, âmbito no qual se discutem violações à legislação federal. Em paralelo, a Sanesalto entrou com Ação Declaratória Processo nº 100304333.2022.8.26.0526, a qual encontra-se atualmente em fase de interposição de recurso de apelação perante o TJ-SP. Não houve, até o momento, o trânsito em julgado de nenhuma decisão favorável ou desfavorável. A Administração considera o risco de perda dos referidos processos remoto.

Em que pese os processos discutirem a possibilidade ou não do encerramento contratual, de acordo com o §5º do art. 42 da Lei nº 11.445/2007, incluído pela Lei nº 14.026/2020, a transferência de serviços de um prestador para outros será condicionada, em qualquer hipótese, à prévia indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995. A Lei nº 8.987/1995, por sua vez, determina que, no caso de extinção da concessão por advento do prazo contratual, o poder concedente deve antecipar-se ao termo final e realizar os levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização devida pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados. Não há, até o momento, de acordo com nosso melhor conhecimento, qualquer indício ou informação de que o Município de Salto esteja cumprindo as etapas prévias determinadas pela legislação para uma eventual retomada da concessão.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

De todo modo, conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

Em 19.12.2023: foi proferida decisão determinando que o SAAE apresentasse réplica, manifestando-se principalmente sobre a tese de continência suscitada pela Sanesalto. em seguida, na mesma data, o SAAE apresentou réplica. Em 12.01.2023, foi proferida decisão determinando que as partes informem se, na Ação Declaratória, já houve julgamento do mérito do pedido da Sanesalto de que seja reconhecida a prorrogação do contrato até 2032, bem como se os recursos interpostos impugnem esse ponto, para que a partir disso seja apreciada a tese de continência. Em 26.02.2024, a Sanesalto se pronunciou nos autos, destacando as possíveis chances de êxito no STJ. Essa decisão da Corte resultaria na anulação da sentença e, consequentemente, na reabertura da fase instrutória. Em virtude disso, reafirmou sua solicitação para que a cautela pretendida não fosse concedida, em virtude da existência de probabilidade de lesão, dano irreparável ou de difícil reparação para os municípios. Além disso, ressaltou a importância do reconhecimento da existência de conexão ou prejudicialidade externa, visando evitar decisões conflitantes e inexequíveis.

Até então, a Sanesalto segue operando normalmente.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico**(a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:**

Com o termo de aditamento acima mencionado, os valores das tarifas serão atualizados anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

Dessa forma, as tarifas atualizadas e praticadas dos últimos 5 anos e até julho de 2023 são:

Período de vigência			Tarifa por m³ de esgoto tratado	Variação nominal da tarifa
jun/17	a	mai/18	3,5690	18,58%
jun/18	a	dez/19	3,6100	1,15%
jan/20	a	dez/20	4,0000	10,80%
jan/21	a	dez/21	4,0000	0,00%
jan/22	a	jul/22	4,0000	0,00%
ago/22	a	jul/23	5,0800	27,00%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- (b)** Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.
- (c)** Em junho de 2020, a tarifa deveria ser reajustada em 2,25%, porém, por conta da pandemia da COVID-19, a agência reguladora ARES-PCJ prorrogou o prazo de reajuste enquanto durava o período de calamidade, conforme resolução nº 348 de 23 de junho de 2020.
- (d)** Com o fim da pandemia, em 29 de junho de 2022 a ARES-PCJ autorizou o reajuste que estava represado referente aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 passando de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 5,08 (cinco reais e oito centavos, perfazendo um percentual de 27% (vinte e sete por cento).

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 21 - Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível e/ou ativo financeiro.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 - principais premissas na mensuração da perda por redução ao valor recuperável para o contas a receber;

Nota explicativa 19 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

6. Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

6.1.1. Informações de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas em determinados casos, de acordo com as alterações.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1.2. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP, consideradas um único segmento operacional, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Dessa forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e esta informação está consistente com as informações fornecidas ao principal tomador de decisões operacionais.

6.1.3. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2023, assim como em 2022, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

6.1.4. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- **Títulos de valores mobiliários**

A Companhia mantém aplicações financeiras, que estão vinculadas a 3ª emissão de debêntures públicas, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera que não há conversibilidade imediata, porém são aplicados com conservadorismo e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de terem um vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida Útil Estimada
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

▪ **Intangível:** Os ativos intangíveis, referentes ao contrato de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção (que no caso da Companhia, foi definida como zero), os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, conforme demonstrado na Nota 6.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia adota o prazo de amortização até o final da concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

▪ **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment*).

6.1.5. Passivo circulante e não circulante

▪ **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ **Benefícios de curto prazo para empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

▪ **Imposto de renda e contribuição social:** Para o exercício de 2023 a administração da Companhia decidiu manter o regime tributário de Lucro Real.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

▪ **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

6.1.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

- (a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- (b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.
- (c) **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.
- (d) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. A receita de operação consiste no tratamento de esgoto assim como os serviços, e são reconhecidas no resultado considerando os faturamentos realizados para os consumidores.

6.1.7. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

6.1.8. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível e/ou ativo financeiro.

7. Mudanças em políticas contábeis

7.1. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 As seguintes alterações de normas que foram emitidas pelo IASB e que estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****8. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023****a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas**

A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se no monitoramento dos eventos climáticos de forma a minimizar danos ocasionados por eles. Além de implementar planos de contingências e de infraestrutura sistemas de escoamento e drenagem, bem como suas manutenções preventivas. Para a ramo de saneamento, períodos de chuvas intensas ou de extrema escassez de chuvas podem afetar as receitas da Companhia.

b) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	644	1.229
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	1.270	3
	1.914	1.232

- (a)** As aplicações financeiras de curto prazo são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem penalização ou perda dos juros transcorridos aplicados na modalidade CDB – Cédulo de Depósito Bancário. Em 31 de dezembro 2023, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 101% do CDI, contra 102% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****10. Contas a receber de consumidores****10.1. Composição**

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber faturados	4.610	4.301
Contas a receber à faturar (a)	1.737	1.583
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(252)	(183)
	6.095	5.701

(a) A Companhia reconheceu valores de prestação serviços realizados e já entregues em suas contas a receber no montante de R\$ 1.737 no encerramento do exercício de 2023 (R\$ 1.583 em 31 de dezembro de 2022).

(b) As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, avaliando as perdas esperadas.

10.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer - Faturados	2.947	2.802
A vencer - Não faturados	1.737	1.583
Vencidos até 30 dias	880	774
Vencidos de 31 até 60 dias	330	329
Vencidos de 61 até 180 dias	201	212
Vencidos há mais de 181 dias	252	184
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(252)	(183)
	6.095	5.701

10.3. Movimentação da PCLD

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial da PCLD	183	221
Reversão da provisão	(16)	(76)
Constituição da provisão	85	38
Saldo final da PCLD	252	183

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****11. Créditos com partes relacionadas****11.1. Créditos tributários – Partes relacionadas**

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com vencimento para 31 de maio de 2022, onde poderiam ser amortizados antes do vencimento, sem juros ou correção monetária e, dessa forma, foram reclassificados no início do exercício de 2022 do Ativo não-circulante para Ativo Circulante. Em 28 de outubro 2022 houve aditamento com prorrogação do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2023 se mantendo as demais cláusulas inalteradas, desta forma mantém-se classificado no ativo circulante com expectativa de liquidação durante o exercício de 2024. A coligada Sanetrat liquidou seu débito em maio de 2023, assim como a coligada Águas de Itapema amortizou seu saldo em junho de 2023. Segue demonstrativo abaixo:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Créditos tributários - Controladores		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.412	3.412
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	2.351	2.918
Sanetrat Saneamento S/A	-	539
	2.351	3.457
	5.763	6.869

11.2. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia não possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.130 em 31 de dezembro de 2022), referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas. A Companhia mantém adiantamento com a Controladora no valor de R\$ 1.850 destes serviços administrativos a ser amortizado durante o exercício de 2024.

	Adiantamentos - Partes relacionadas	
	31/12/2023	31/12/2022
CONASA - Infraestrutura S.A.	1.850	-
	Passivo (Fornecedores)	
	31/12/2023	31/12/2022
CONASA - Infraestrutura S.A. (nota 15)	-	1.130
	Resultado (Despesas administrativas)	
	31/12/2023	31/12/2022
CONASA - Infraestrutura S.A. (nota 23)	3.750	4.685

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****11.3. Remuneração da administração**

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, considerando apenas diretores estatutários, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$ 748 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Não existem outros relacionamentos com partes relacionadas e transações além das acima divulgadas.

12. Títulos de Valores Mobiliários**a. Composição:**

Ativo não circulante	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de valores mobiliários		
Aplicações financeiras (CDB) (**)	3.518	2.939
	3.518	2.939

(**) As aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures. Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas de 101% do CDI em 30 de setembro de 2023 (100% 31 de dezembro de 2022).

13. Intangível**a. Composição:**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	74.025	(45.242)	28.783	74.025	(41.802)	32.223
Licença de uso de software	263	(219)	44	263	(189)	74
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.308	(492)	(1.800)	1.220	(580)
	72.488	(44.153)	28.335	72.488	(40.771)	31.717

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****Movimentação:**

	31/12/2023		
	Contratos de concessão valor patrimonial e indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.225	263	72.488
Adições	-	-	-
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(40.582)	(189)	(40.771)
Adições	(3.352)	(30)	(3.382)
Saldo final	(43.934)	(219)	(44.153)
Saldo inicial	31.643	74	31.717
Movimentações líquidas	(3.352)	(30)	(3.382)
	28.291	44	28.335

	31/12/2022		
	Contratos de concessão valor patrimonial e indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.225	263	72.488
Adições	-	-	-
Saldo final	72.225	263	72.488
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(37.228)	(161)	(37.389)
Adições	(3.353)	(29)	(3.382)
Saldo final	(40.581)	(190)	(40.771)
Saldo inicial	34.997	102	35.099
Movimentações líquidas	(3.353)	(29)	(3.382)
	31.644	73	31.717

b. Serviços de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve construção de ativos dentro do contrato de concessão.

c. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Nesse contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de amortização do intangível	4,65%	4,65%

Teste de impairment do intangível

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como resultado da avaliação da existência de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

14. Direito de uso e passivo de arrendamentos**a. Direito de uso:**

	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - Arrendamento	315	315
(-) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(276)	(209)
	39	106

Síntese da movimentação do direito de uso:

	31/12/2022	Remensuração	Amortização	31/12/2023
Direito de uso - Arrendamentos	106	-	(67)	39
	106	-	(67)	39

	31/12/2021	Remensuração	Amortização	31/12/2022
Direito de uso - Arrendamentos	156	13	(63)	106
	156	13	- 63	106

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****b. Passivo de arrendamentos:**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante - Passivo de arrendamentos	51	84
Não circulante - Passivo de arrendamentos	-	51
	51	135

Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldo em 31/12/2022	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2023
Passivo de arrendamentos	135	5	(84)	(5)	51
	135	5	(84)	(5)	51

	Saldo em 31/12/2021	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
Passivo de arrendamentos	198	22	(76)	(9)	135
	198	22	(76)	(9)	135

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 R(02).

c. Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

31/12/2023			31/12/2022		
Fluxo de Caixa	Nominal	Ajuste a Valor Presente	Fluxo de Caixa	Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	52	1	Contraprestação de arrendamento	135	7
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	5	0	Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	12	1
	57	1		147	8

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2022 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Rúbricas	31/12/2023	2024
Passivo de arrendamentos		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	51	52
Fluxo com projeção de inflação	51	55
Variação	0,00%	5,77%
Direito de uso líquido - Saldo final		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	39	39
Fluxo com projeção de inflação	39	41
Variação	0,00%	4,84%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(1)	(5)
Fluxo com projeção de inflação	(1)	(5)
Variação	0,00%	0,00%
Despesa de depreciação		
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(67)	(39)
Fluxo com projeção de inflação	(67)	(40)
Variação	0,00%	3,25%

15. Debêntures**a. Composição:**

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures (3ª emissão)	8.831	20.435	8.389	28.313

b. Movimentação

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	36.702	43.145
(-) Pagamentos do principal	(7.460)	(6.604)
(-) Pagamentos de juros	(5.494)	(6.260)
Provisão de juros	5.406	6.309
Amortização do custo de captação	112	112
Saldo final	29.266	36.702

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****c. Terceira emissão de debêntures**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

d. Amortização da dívida com debêntures

	31/12/2023	31/12/2022
Vencimento em		
2023	-	8.389
2024	8.831	8.389
2025	8.831	8.389
2026	8.831	8.389
2027	2.773	3.146
	29.266	36.702

e. Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (I) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (II) decretação de falência pela emissora, (III) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (IV) vedação de redução do capital social; e (V) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários (VI) perda da concessão. Os *covenants* financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,2 (um vírgula dois inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender esses índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Companhia cumpriu com todos os covenants. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 0,99 (zero vírgula noventa e nove) e o ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) de 0,99 (zero vírgula noventa e nove). A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2022 por não cumprir com o índice de liquidez encerrando com número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos, ou por 3 anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,25 (um vírgula vinte e cinco) e o ICSD de 1,43 (um vírgula quarenta e três). A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2022, por não cumprir com o índice de liquidez encerrando com

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos ou por 3 anos alternados.

f. Garantias dadas

As debêntures de emissão da Companhia estão garantidas por cessão fiduciária dos direitos da concessão, além de aplicações financeiras de 3 parcelas vincendas como contas reservas. Não há alienação fiduciária das ações da Companhia como acionista, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Sanesalto	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas

16. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores		
Outros fornecedores	101	320
Partes relacionadas		
Conasa - Serviços compartilhados (nota 5.2)	-	1.130
	101	1.450

17. Encargos tributários a pagar

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	47	39
COFINS a recolher	215	177
Outros impostos	10	27
	272	243

18. Impostos e contribuições parcelados

A Companhia mantém parcelamentos ordinários junto a Receita Federal, os quais foram realizados em 60 parcelas mensais com atualização pela taxa SELIC mensalmente. A Companhia não tem parcelamento ativo especial onde se beneficia de redução de juros e multas.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Parcelamento de PIS	33	60
Parcelamento de COFINS	151	274
Parcelamento de IRPJ	387	411
Parcelamento de CSLL	136	139
Parcelamento RFB - Demais débitos	29	-
Total	736	884
Não circulante		
Parcelamento de PIS	-	30
Parcelamento de COFINS	-	137
Parcelamento de IRPJ	186	518
Parcelamento de CSLL	68	184
Parcelamento RFB - Demais débitos	98	-
Total	352	869
	1.088	1.753

19. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R\$ 101 (R\$ 419 em 2022).

Demais contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
SAAE - Serviço Autônomo Água e Esgoto	101	419
Outras contas a pagar	441	634
	542	1.053

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****a. Composição por probabilidade de perda:**

Probabilidade de Perda	Tributárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Provável	819	699

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos cujo exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

b. Movimentação por probabilidade de perda:

	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	699	699
Provisões	307	307
Reversões	(187)	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	819	819

	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Provisões	699	699
Saldo em 31 de dezembro de 2022	699	699

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos em que exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

c. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de setembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 21.618 referente ao processo de encerramento contratual mencionado abaixo (R\$ 5 em 31 de dezembro 2022) em processos civis e não há mais probabilidade de perdas possíveis em processos trabalhistas (R\$ 593 em 31 de dezembro de 2022) .

A Companhia discute judicialmente a possibilidade ou não do encerramento contratual junto ao poder concedente (Prefeitura Estância Turística de Salto), onde a mesma notificou a Sanesalto para encerramento do prazo do Contrato de Concessão, sob o argumento da validade de Ordem de Serviço emitida em 1996, a qual, em combinação com o prazo contratual de 25 anos, encerraria o referido contrato em dezembro de 2021. A Companhia continua operando normalmente, considerando que há um aditamento contratual no qual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032. De qualquer forma, na defesa a Companhia enviou notificação de encerramento em janeiro de 2022. Não há, até o momento, de acordo com nosso melhor conhecimento, qualquer indício ou informação de que o Município de Salto esteja cumprindo as etapas prévias

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

determinadas pela legislação para uma eventual retomada da concessão. A Administração da Companhia, corroborado com os vossos advogados, entende que não existe a possibilidade de perda do contrato de concessão.

21. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia encerrou em R\$ 50, totalmente subscrito e integralizado representando 50.341 (cinquenta mil trezentos e quarenta e um) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 28 de abril de 2023, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social por meio do saldo da reserva de retenção de lucros, pela sua única acionista Conasa Infraestrutura S.A. em R\$ 5.303, representando 5.303.099 (cinco milhões, trezentos e três mil e noventa e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém saldo de R\$ 5.353 de capital social, representando 5.353.441 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e uma ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (um real) cada.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Número de ações	Valor	%	Número de ações	Valor	%
CONASA - Infraestrutura S.A.	5.353.341	5.353	100,00%	50.341	50	100,00%
	5.353.341	5.353	100%	50.341	50	100%

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha registrado a reserva de legal no valor de R\$ 10. Após a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o valor de R\$ 383 encerrando o exercício com R\$ 393

c. Reserva de retenção de Lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha saldo de R\$ 5.303, de reserva de retenção de lucros superior ao seu capital social, o que estava em desacordo com o previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. A administração propôs para a assembleia geral extraordinária o aumento de capital social através do saldo da reserva de retenção de lucros, os quais foram aprovados por unanimidade em 28 de abril de 2023. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios a Companhia alocou o valor de R\$ 5.459 em reserva de retenção de lucros.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****d. Dividendo distribuído por ação**

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações	50.341	50.341
Dividendos distribuídos	728	1.039
Dividendos por ação	1,4461	2,0639

e. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.820 (R\$ 728 em 2022).

22. Receita líquida dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços	38.726	32.803
Devoluções e cancelamentos	(96)	(427)
Impostos sobre a receita	(2.818)	(2.102)
	35.812	30.274

23. Custos dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(2.650)	(2.249)
Mão de obra na operação	(1.162)	(1.040)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(2.275)	(1.917)
Amortização do intangível	(3.382)	(3.383)
	(9.469)	(8.589)

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.628)	(1.389)
Aluguéis e locação	(116)	(43)
Serviços administrativos compartilhados (nota 5.2)	(3.750)	(4.685)
Honorários advocatícios	(627)	(1.080)
Honorários de consultorias e auditorias	(832)	(1.440)
Taxas de fiscalização e outorgas	(178)	(176)
Depreciação	(26)	(27)
Amortização do direito de uso	(67)	(67)
Despesas com viagem	(51)	(49)
Despesas com Informática (exceto folha de pagto)	(105)	(97)
Impostos, taxas e contribuições	(161)	(12)
Outras despesas	(287)	(635)
	(7.828)	(9.700)

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****25. Despesas comerciais**

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(392)	(348)
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(69)	38
Propaganda e publicidade	(134)	(75)
Despesas com informática	(287)	(280)
Outras despesas comerciais	(56)	(106)
	(938)	(771)

26. Outros resultados operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências tributárias (a)	(120)	(699)
Multas sobre atraso de tributos	(5)	(30)
Impostos devidos de períodos anteriores	(137)	-
Outras receitas e despesas	2	87
	(260)	(642)

(a) Foi constituída a provisão contingências tributárias considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos onde exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

27. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	419	362
	419	362
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(5.406)	(6.309)
Juros sobre arrendamentos	(5)	(22)
Outros juros e multas	(50)	(4)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(153)	(222)
Amortização de custo de captação	(112)	(112)
Comissões e despesas bancárias	(195)	(195)
Outras despesas financeiras	(128)	(117)
	(6.049)	(6.981)
Resultado financeiro	(5.630)	(6.619)

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras****em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****28. Instrumentos financeiros****(a) Análises dos instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

(b) Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		31/12/2023	31/12/2022
		Valor contábil	Valor contábil
	Categoria		
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.914	1.232
Contas a receber	Custo amortizado	6.095	5.701
Partes relacionadas	Custo amortizado	7.613	6.869
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	3.518	2.939
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	101	1.450
Debêntures	Custo amortizado	29.266	36.702
Passivo de arredondamento		51	-

29. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A administração considerou o risco de redução do CDI em dois cenários, no cenário I considerou como projeção queda de 25% e no cenário II queda de 50%. Para as variações da DI, considerou aumento de 25% e 50% respectivamente.

Notas Explicativas

SANESALTO SANEAMENTO S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Transações	Risco	31/12/2023	Cenário Provável	Projeção de mercado				
				Cenário I		Cenário II		
Passivo financeiro								
Debêntures	Aumento DI	29.266	12,12%	32.813	15,15%	33.700	18,18%	34.587
Exposição líquida				(3.547)		(4.434)		(5.321)

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(a) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa o.

(b) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

30. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	7.662	2.914
Média ponderada de ações em circulação	2.252.408	50.341
Resultado por ações - básico - R\$	3,4017	57,8852

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de ações	Avos	Avos
50.341	04/12	12/12
3.353.441	08/12	
Média ponderada de ações	2.252.408	50.341
Lucro básico por ações (em reais)	3,4017	82,5570

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****31. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Para o exercício de 2023 a administração da Companhia decidiu manter o regime tributário de Lucro Real. Em 31 de dezembro de 2023 o imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, apuradas foi de R\$ 2.953 e R\$ 1.072 respectivamente (R\$ 769 e R\$ 270 respectivamente para o mesmo período de 2022).

Em 2022, a Companhia reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base de cálculo negativa de CSLL por atender as condições requeridas no CPC 32. Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa da CSLL que encerrou em R\$ 1.678 representando R\$ 151 de CSLL Diferida para que seja utilizado nos exercícios futuros.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante		
Contribuição social diferida (a)	151	469
	151	469
Passivo circulante		
Imposto de renda	1.291	834
Contribuição social	335	255
	1.626	1.089
Passivo não circulante		
Imposto renda, contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido (b)	434	-
Contribuição social diferido (b)	157	-
	591	-
IRPJ e CSLL Líquidos a pagar	2.066	620

- a) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu crédito sobre base negativa da Contribuição Social no valor de R\$ 469 para a qual há expectativa de geração de lucro tributável futuro, e já utilizando o saldo a partir do exercício de 2023, conforme plano de negócio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 mantinha saldo de R\$ 151.
- b) Em 31 de dezembro a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as receitas não faturadas, as quais os serviços já haviam sido entregues no encerramento do exercício mantendo saldo de R\$ 591.

A seguir demonstramos o resumo da apuração com alíquota efetiva de 2023 e 2022 no regime de lucro real.

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

LUCRO REAL	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	11.687	3.953
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - Calculados a alíquotas nominais	(3.974)	(1.344)
Despesas Indedutíveis (adições/exclusões)	(51)	(163)
Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados	(4.025)	(1.507)
IRPJ e CSLL Correntes	(3.972)	(1.593)
IRPJ e CSLL Diferidos	(53)	554
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.025)	(1.039)
Alíquota efetiva	34%	26%

32. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2023	31/12/2022
A - Total de Debêntures (nota 8.1) e passivo de arrendamentos	29.317	36.702
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 8.2)	5.432	4.171
C = (A - B) - Dívida líquida	23.885	32.531
D = Total do patrimônio líquido	11.205	1.181
E = (C + D) - Capital total	35.090	33.712
C/E = Índice de alavancagem financeira	68,1%	96,5%

33. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 04/09/2023 a 04/09/2024. Abaixo, estão apresentados os valores em risco:

Notas Explicativas**SANESALTO SANEAMENTO S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto e elevatórias	27.500	3.000
Prédio comercial	1.050	
	28.550	3.000

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Cobertura	Limite máximo de indenização
Incêndio, raio e explosão	11.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	500
Danos elétricos	1.200
Danos materiais	130
Roubo e/ou furto qualificado de bens	100
Impacto de veículos terrestres	500
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	20
Tumulto, greve, lock-out	20
Perda ou pagamento de aluguel	30
Lucros cessantes	3.000
	16.600

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

34. Outros assuntos

Em conformidade com o artigo 27 § 1º, Incisos V e VI da Instrução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Claudio R. de Leoni Ramos
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Palhano Square Garden
Av. Ayrton Senna da Silva, 1055 - 2º andar - Salas 201 e 202
Caixa Postal 2081 - CEP: 86050-460 - Londrina/PR - Brasil
Telefone +55 (43) 3301-4250
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Aos Administradores e Acionistas da
Sanesalto Saneamento S.A.
Salto – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços de esgoto

Veja as notas 6.1.6 e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia celebrou contrato de concessão para estabelecer-se como concessionária para a prestação de serviço de tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

O reconhecimento da receita é realizado quando há a prestação de serviço de esgoto e a receita é mensurada com base na tarifa cobrada por m³ de esgoto tratado, conforme preços especificadas nos termos do contrato.

As receitas de prestação de serviços de esgoto envolvem atenção significativa do auditor em função da relevância do saldo às demonstrações financeiras, do risco significativo relacionado ao risco das receitas não terem sido reconhecidas em seu respectivo período de competência em virtude das medições de consumo ocorrerem, em sua grande maioria, em data diferente do último dia do mês, e dada a importância do assunto para o entendimento das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em função do exposto acima e dos processos que suportam o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de prestação de serviços de esgoto e as características do contrato de concessão, entre outros;
- Inspeção documental, com base em amostragem, das transações de receita ao longo do exercício, realizando a análise dos comprovantes de liquidação financeira para avaliar se representavam receitas incorridas; e
- Análise das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da prestação de serviço e no período de competência correto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e o reconhecimento da receita aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e

registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 25 de março de 2023, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27 § 1º, Incisos V e VI da Instrução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social além da Auditoria Externa.